

ATA DA 118ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2018  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputado Silvio Dreveck

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

\*\*\*\*\*

**Breves Comunicações**

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Registra a passagem, no dia de ontem, dos 70 anos da Declaração dos Direitos Humanos, com a manifestação de autoridades, representantes de entidades e de movimentos sociais.

Ressalta que direitos humanos são todos aqueles relacionados a uma vida digna, de liberdades de expressão, de opinião e de religião, direito à saúde, à educação e ao trabalho, garantidos aos cidadãos de qualquer parte do mundo, sem qualquer tipo de discriminação.

Afirma que nada é diferente do que o Parlamento vem buscando, dia após dia, através de

debates e de diversas iniciativas que com certeza é para proporcionar uma sociedade mais digna.

Salienta que, segundo a ONU, os Direitos Humanos são garantias de proteção das pessoas contra ações dos governos que possam colocar em risco a dignidade humana. A ONU considera a Declaração como um modelo ideal para todos os povos para atingir o respeito a esses direitos e liberdades.

Relata que, nesse sentido, seus quatro anos de mandato tem se pautado por essa concepção de garantia de direitos e de bem-estar para a população, sintonizado com as necessidades através de um olhar social e de inclusão. Foram mais de 110 projetos de lei, dentre eles o que dispõe sobre a eliminação de barreiras tecnológicas nos serviços prestados por equipamentos de autoatendimento.

Considera que há sintonia de seu mandato com o que rege a Declaração dos Direitos Humanos, compreende que é necessário ter em mente o reconhecimento de sua própria condição humana, sua fragilidade e especificidade.

Deputado Ismael dos Santos (Aparteante) - Ressalta que na sociedade em que se vive, quando se fala em Direitos Humanos, há muito preconceito. Costumam dizer que estão defendendo bandidos, mas que não é assim, é um refúgio para que não haja as arbitrariedades do ponto de vista jurídico da cidadania. [Taquígrafa: Eliana]

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Orador) - Faz alusão à matéria publicada no *Diário Catarinense*, em data anterior, cuja reportagem enfoca a pretensão do governo do estado de reduzir impostos para atrair novos voos e rotas à Santa Catarina, especificamente o ICMS no querosene utilizado nas aeronaves, posto que representa o maior custo das empresas aéreas, interferindo consideravelmente no preço das passagens.

Historicamente, as empresas aéreas vinham pleiteando uma redução nacional, com teto máximo de ICMS de 12%, entretanto o projeto foi rejeitado

no Senado Federal, desde então os estados passaram a fazer as próprias reformas, esperando contrapartida das empresas de aviação.

Em se tratando do estado de Santa Catarina, e como secretário de Turismo e integrante do Fornatur, informa que participou de várias reuniões em Brasília, inclusive, na ocasião, entrou em contato com o secretário da Fazenda, Antonio Gavazzoni, solicitando a redução da alíquota do ICMS ao setor mencionado, porém descartada à época. Entretanto, em julho de 2009, o governador Luiz Henrique da Silveira, assinou o decreto, concedendo a redução do imposto à aviação regional, de 17% para 4% sobre os combustíveis com o objetivo de fomentar o desenvolvimento no turismo nas linhas regionais em Santa Catarina.

Devido à prosperidade oferecida nesse movimento político, ratifica a necessidade de manter em pauta a discussão do benefício, reduzindo o tributo no âmbito da aviação doméstica nacional e de ampliar as linhas internacionais para o estado, e ratifica que tal atitude condiz à adequação da aviação comercial às boas práticas universais que geram aumento e competitividade no setor, resultando mais oferta e menores preços aos consumidores. Ainda sobre turismo, manifesta satisfação pelo interesse do secretário da Fazenda Paulo Eli, em dar continuidade às negociações do novo projeto catarinense de aviação regional com o objetivo de expandir o fluxo turístico e viagens de negócio no estado, ao mesmo tempo espera que o governador eleito Carlos Moisés dê seguimento às tratativas turísticas, impulsionando a economia catarinense.

Finaliza, lembrando suas proposições sobre o envio de SMS, alertando desastres naturais, implantado pela Defesa Civil, e a escolha do delegado de polícia, por meio de lista tríplice.  
*[Taquígrafa: Elzamar]*

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (Orador) - Tece comentários sobre sua trajetória política, que iniciou como vereador, de 1988 a 1992, em Canoinhas e aproximadamente 16 anos de deputado

estadual, o que demonstra sua paixão por política, e gosta de encorajar os jovens a atuarem, pois percebe que no bom exercício das políticas públicas ocorre a mudança na vida das pessoas. Faz reflexões sobre projetos que fez e melhoraram a vida dos catarinenses, e exemplifica o projeto do prontuário unificado, uma inovação para pôr fim ao "jeitinho brasileiro".

Ressalta a finalização de um livro em que conta a trajetória de sua vida, relatando seus vínculos familiares e a perseverança para se tornar médico.

Destaca a iniciativa de reconhecer a Bandeira do Contestado, símbolo regional de Santa Catarina, que institui a Semana do Contestado, valorizando a história do Planalto norte.

Também, fala do ciclo administrativo tanto em nível federal quanto estadual, que se tenha tranquilidade e paz social, a fim de construir um Brasil melhor. Cita que o estado está fechando um ciclo de administradores que enfrentaram dificuldades, como a administração de Luiz Henrique da Silveira, *in memoriam*; de Leonel Pavan, de Raimundo Colombo, e de Eduardo Pinho Moreira, encerrando um ciclo administrativo. Por isso, deseja êxito ao futuro governador eleito, sr. Moisés.

Agradece, de forma especial, sua esposa, dona Marilú, por tanta dedicação e por ser sua eleitora número 'um', bem como sua equipe de gabinete, ao diretor administrativo, a Cleo, no apoio do Plenário; aos taquígrafos, aos colegas e a todos os servidores da Casa Legislativa. Parabeniza a todos por terem capacidade e reconhece o prazer de ter trabalhado com pessoas tão abnegadas.  
[Taquígrafa: Sílvia]

\*\*\*\*\*

### **Partidos Políticos**

Partido: PSD

DEPUTADO MILTON HOBUS (Orador) - Parabeniza o deputado Antônio Aguiar, por todos os anos de serviços prestados ao povo catarinense, por sua

dedicação como médico no atendimento a população mais necessitada, dizendo que o mesmo deixará saudades.

Cita o projeto que permitirá aos agricultores da Agricultura familiar, vender ao estado seus produtos de forma regionalizada, valorizando a base da produção familiar e os costumes alimentares de cada região. Comenta o Projeto de Lei n. 0297/2018, que institui o Dia Estadual do Motofretista, que tem como objetivo a promoção de políticas públicas em benefício dos profissionais da área. Destaca que os mesmos realizam um trabalho importante para a logística dos estados e do país. Menciona também o Projeto de Lei n. 0304/2018, que isenta os veículos automotores de duas rodas de pagamento de pedágio nas rodovias estaduais de Santa Catarina.

Finaliza acrescentando que os projetos têm como finalidade homenagear os motociclistas e motofretista, para que se tenha um olhar diferenciado para a categoria que sofre tantos acidentes de trânsito, enfim, criar uma conscientização de maior respeito para com os profissionais de motocicletas. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Traz um assunto positivo quanto aos criadores de suíno de Santa Catarina, que respondem por 56% da carne suína exportada pelo Brasil. Destaca que a preferência internacional pelo produto catarinense é fruto de um trabalho minucioso, que permite um estado de excelência sanitária dos rebanhos, fazendo com que haja um caminho aberto nos mercados internacionais.

Repercute dados apresentados pela Secretaria da Agricultura, mostrando que em novembro exportou-se 32,1 mil toneladas de carne suína, o que representou um aumento de 61% em relação ao mesmo mês do ano de 2017. Menciona que, com o aquecimento das exportações e a valorização da carne suína, os produtores do estado também têm o que comemorar, pois o preço do suíno vivo continua

em alta no mercado interno, trazendo um alento aos suinocultores que ainda permanecem na atividade.

Comenta, ainda, que a comissão de Saúde tem levantado problemas na Saúde do estado, como a demora para conseguir exames e medicamentos. Neste sentido, informa que apresentou indicação solicitando ao governador do Estado a regularização, em caráter emergencial, da realização dos exames de cintilografia no Município de Concórdia e demais municípios abrangidos pela região do Alto Uruguai Catarinense (Amauc), com mais de mil pacientes na fila de espera desse exame, que a cada dia vem aumentando. Também ressalta que a fila de espera abrange, inclusive, outros tipos de exame, problema este que só a atenção especial do governo, com o aumento de recursos para a área da saúde, poderá resolver. *[Taquígrafa: Sara]*

Partido: PSDB

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) - Reafirma a condição de mobilidade em Santa Catarina, que com qualquer transtorno é interrompido o trânsito nas estradas, formando imediatamente filas quilométricas, alterando a qualidade de vida das pessoas e impedindo maior produção no estado.

Ressalta que o turista está com receio de vir a Santa Catarina, pois Florianópolis foi classificada como uma das piores capitais em termos de mobilidade. Agora é uma época em que aparecem milhões de pessoas, e é sabido que se assim continuar haverá um caos.

Coloca que é necessário em torno de três bilhões de reais para fazer novas rodovias e recuperar outras, não existe mais a manutenção das estaduais, constituindo isso perda financeira para o setor produtivo e aumento do número de acidentes.

Faz um alerta para que os novos governos, seja estadual ou federal, analisem essa situação, sem isenção e sem bairrismos, porque certas áreas, no estado, são favorecidas em detrimento de outras. Cita a BR-280, entre São Francisco e Jaraguá do

Sul, que vem há mais de duas décadas com essa embromação para ser duplicada.

Salienta que se deve refletir sobre os meios de transporte, como as ferrovias, os trens urbanos nos principais trechos das cidades. Menciona como exemplo em Portugal que por vielas passam bondes, ônibus, transportes públicos que funcionam perfeitamente, facilitando a ida de turistas.

Comenta sobre a tão sonhada Translitorânea, motivo de uma audiência pública, no ano de 2015, que ainda perambula nos escritórios do Tribunal de Contas da União, não havendo até o momento projetos a serem apresentados à sociedade.

Alerta para que os próximos dirigentes criem projetos integrados do vários modelos de transporte e retirem Santa Catarina do sufoco que está previsto para esta nova temporada.  
[Taquígrafa: Eliana]

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) -  
Suspende a sessão até a Ordem do Dia.

\*\*\*\*\*

### **Ordem do Dia**

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0005/2018, 0101/2016, 0105/2018, 0224/2016, 0503/2017, 0512/2017 e 0539/2017.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0019/2018.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0099/2018.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0215/2018.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0251/2018.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0274/2018.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0288/2018.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0301/2018.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0315/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 00222/2018, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que altera o art. 9º da Lei nº 13.342, de 2005, que dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) e do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense (FADESC), e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com abstenção do deputado João Amin.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0039/2016, de autoria do deputado Cesar Valduga, que torna obrigatória a divulgação de mensagem relativa à cirurgia plástica reconstrutiva de mama.

Ao presente projeto foram apresentadas, emenda modificativa, supressiva e aditiva.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0255/2016, de autoria do deputado Cesar Valduga, que dispõe sobre a verificação do rendimento e controle de frequência dos estudantes que tenham sido eleitos para funções em entidades estudantis.

Ao presente projeto foram apresentadas, emenda aditiva, modificativa e supressiva.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0193/2018, de autoria da deputada Ada Faraco De Luca, que declara de utilidade pública a Associação Fraternal Divino Oleiro, com sede no município de Governador Celso Ramos.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0198/2018, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que declara de utilidade pública a Associação Braços Abertos (ABA), do município de Florianópolis.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0272/2018, de autoria do deputado Pe. Pedro Baldissera, que declara de utilidade pública o Centro Evangélico de Formação e Assessoria à Pastoral Popular (CEFAPP), de Palmitos.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0273/2018, de autoria do deputado Pe. Pedro Baldissera, que declara de utilidade pública a Associação Estadual de Cooperação Agrícola (AESCA), de Chapecó.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0287/2018, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que declara de utilidade pública o Observatório Social de Criciúma (OS CRICIÚMA).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0303/2018, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera o item 125 do Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre o

reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para alterar a denominação da Associação dos Deficientes, de Joinville, para Associação dos Deficientes Físicos de Joinville (ADEJ).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0010/2018, de autoria da Mesa Diretora, que consolida as Leis que instituem o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Pessoal do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Retirado de pauta a pedido do deputado Fernando Coruja.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0020/2018, de autoria da Defensoria Pública, que acrescenta dispositivos à Lei Complementar n.º 575, de 2012, que regulamentam a exigência de três anos de atividade jurídica para ingresso na carreira de Defensor Público Substituto de Santa Catarina prevista no art. 134, § 4º, combinado com o art. 93, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Encaminharam a votação os srs. deputados Fernando Coruja e Milton Hobus.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim

DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 30 srs. deputados.

Temos 30 votos "sim", nenhum voto "não".

A matéria está aprovada.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0035/2017, de autoria da Mesa diretora, que consolida as Leis que instituem a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foram apresentadas, emenda modificativa e supressiva.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Retirado de pauta a pedido do deputado Fernando Coruja.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0037/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, que altera o art. 9º da Lei Complementar nº 446, de 2009, que institui a Fundação Escola de Governo (ENA), para o fim de modificar a composição do Conselho Estratégico.

Parecer pela Admissibilidade da comissão de Constituição e Justiça.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Leonel Pavan.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	abstenção
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 32 srs. deputados.

Temos 29 votos "sim", 02 votos "não" e uma abstenção.

A matéria está aprovada.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0017/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, que obriga os bancos, as empresas de cartão de crédito, as operadoras de serviços de telefonia móvel e os provedores de internet e televisão por assinatura disponibilizarem aos usuários mecanismos capazes de gerar protocolo que lhes permita comprovar o teor e a data de suas solicitações.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Direitos Humanos.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Leonel Pavan.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0116/2018, de autoria do deputado Ricardo Guidi, que institui no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina o Dia da Conscientização e Prevenção da Síndrome Alcoólica Fetal.

Ao presente projeto foram apresentadas emenda modificativa e supressiva.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0269/2018, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que altera a Lei nº 10.297, de 1996, que "Dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte

Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e adota outras providências", a fim de incluir a farinha de arroz na relação de mercadorias que compõem a cesta básica do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0373/2017, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que autoriza o Poder Executivo a regulamentar e consolidar a implantação de prontuário eletrônico do paciente nos serviços de saúde públicos e privados no Estado de Santa Catarina e estabelece diretrizes para a sua implementação.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativas.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Saúde.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja, Antonio Aguiar, Kennedy Nunes, Doutor Vicente Caropreso.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Votação da Admissibilidade da Medida Provisória 0224/2018, de origem governamental que institui o Programa Catarinense de Recuperação Fiscal de 2018, PREFIS, e estabelece outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Votos contrários dos srs. deputados: Kennedy Nunes, Fernando Coruja, Dirceu Dresch e Antonio Aguiar.

Aprovada a admissibilidade por maioria.

Neste momento, a Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para as 16h42, dando prosseguimento à pauta da Ordem do Dia. *[Taquígrafa: Elzamar]*